



“NADA PARA FAZER” nova(s) epistemologia(s) do tempo social

Emília Araújo

Universidade do Minho, CECS, Portugal

Eduardo Duque

Universidade Católica e CECS – Universidade do Minho, Portugal

Mónica Franch

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Resumo: Este artigo discute o sentido das expressões “não fazer nada” e “não ter nada para fazer”, no contexto das sociedades contemporâneas. Partimos da ideia de que a experiência social é cada vez mais mediada pelo paradoxo entre a experiência da “falta de tempo” e a experiência do “tempo em abundância” - tempo imediato e correntemente classificado como “vazio”, sem “nada para fazer”. Ambas as expressões cunham os discursos e as ações dos atores sociais nos seus quotidianos e ambas são sociologicamente significativas, por sinalizarem um distanciamento entre as formas de organização social e cultural do mundo – o mundo tal como este se dispõe e oferece aos sentidos dos sujeitos sociais, com as suas múltiplas e diversas alternativas – e as subjetividades – os modos como o sujeito se compreende a si e à sua experiência quotidiana nesse mundo e lhe atribui sentido.

Palavras-chave: tempo social; não fazer nada; falta de tempo.

Introdução

Os estudos sociológicos estiveram até ao presente largamente concentrados sobre o fenómeno da construção social do tempo, ligando-a e religando-a, de forma continuada e persistente, aos modos de organizar a atividade produtiva (Adam, 1990). Esta estrutura teórica sustentou uma relevante lavra de investigações orientadas por dois princípios assentes na ideia de que o tempo é medível, armazenável e pode ser distribuído (Thompson, 1963; Zerubavel, 1983; Grossin, 1974). Tais princípios são os seguintes: i) o tempo de trabalho (dominante) pode ser separado do tempo livre e do de lazer (dominados); e ii) o tempo tem uma correspondência direta em dinheiro e, logo, quanto mais escasso for, mais valor tem. Observa-se, assim, que, tal como os modos de abordagem ao tempo se fixaram na dimensão quantificável, também as experiências do “não fazer nada” e do “não ter nada para fazer” começaram a configurar ou a experiência-limite do tempo de ócio e do tempo livre, ou experiências “vazias” de atividade, isto é, tempos involuntariamente não ocupados em tarefas remuneradas,

tempos de “desemprego” (do tempo) e, portanto, tempos menos valorizados, tempos propícios a isolamento social.

Neste artigo vamo-nos centrar na exploração da variedade de sentidos atribuídos ao tempo de “não fazer nada” e ao tempo do “não ter nada fazer”, demonstrando que o primeiro continua muito ligado á tradução dos tempos de lazer, enquanto o segundo continua a classificar o estado de “ausência de ritmo”, de “margem” face ao sistema dominante. Para tal demonstração, começamos pela problematização de duas classificações que predominaram no seio dos reportórios discursivos em pleno domínio do modelo de produção fordista: a falta de tempo e o tempo em abundância.

A finalidade principal da argumentação consiste em evidenciar a necessidade de analisar e sustentar a construção de outros sentidos para a experiência do tempo “sem nada para fazer”, ou tempo “em abundância”. Pretendemos fazê-lo, no quadro do aumento do desemprego, assim como no quadro das transformações de valores relativamente aos modos de uso individual do tempo que tendem a revelar a crescente importância atribuída ao “tempo para si”, ao hedonismo e a outras dimensões da expressão do eu nas sociedades modernas.

Para efeitos de consolidação da argumentação teórica que seguimos, consideramos os estudos desenvolvidos pelos autores do presente trabalho (Franch, 2000, 2002a, 2002b, 2004; Shouten et al, 2012; Araújo e Duque, 2012), nomeadamente a respeito da experiência do tempo por parte de desempregados e por parte de jovens, dando relevância às formas de separação que encetam entre tempo de lazer e tempo ocupado e aos significados que lhe estão implícitos. Em relação aos usos do tempo por parte dos desempregados, apoiamo-nos no projeto de investigação “Tempo e Tecnologia” que foi desenvolvido em parceria entre a Universidade do Minho e a Universidade da Beira Interior e que foi coordenado pela professora Johanna Schouten. Neste projeto visava-se perceber quais as principais modalidades de uso do tempo em famílias residentes nas regiões de Braga e da Covilhã, tendo aquele estudo envolvido um inquérito por questionário, entrevistas em profundidade e grupos de foco (Schouten et al, 2012; Schouten e Araújo, 2012). Em relação aos usos do tempo por parte dos jovens, recorreremos, principalmente, à investigação desenvolvida por Mónica Franch (2000, 2002a, 2002b, 2004) para o contexto brasileiro, tendo sido dado destaque, justamente, às significações atribuídas ao “nada” que compõe a narrativa dos usos do tempo.

1. A falta de tempo como reflexo do tempo social

A permanente falta de tempo constitui uma das categorias mais relevantes da construção social do tempo da pós-industrialização (Harvey, 1989; Rosa e Scheurman, 2009). Tal como mostram Zerubavel (1981, 1982), Weber (1992), Simmel (1978), Grossin (1974) e Thompson (1967), o tempo mecânico constitui-se como um tempo sujeito a avaliação monetária. Esta equivalência entre tempo e dinheiro revela-se como estrutura objetivada nas instituições, nos sistemas de horário e nos modelos de organização. É, igualmente, estrutura interiorizada, internalizada e, portanto, componente do *habitus*. Está inscrita na socialização e molda a maneira de estar do indivíduo e dos grupos na sociedade. Não ter tempo, ou ter pouco tempo, constituem marcas da valorização e do reconhecimento social, não da atividade realizada, mas do seu executante (Jahoda *et al* 2000). Sabe-se que, ao longo dos últimos séculos, a maneira de lidar com os conteúdos do tempo se alterou. Também se assistiu ao processo de imposição de diferentes definições de durações associadas à existência do tempo “em abundância”. No início da industrialização, período marcado pela valorização crescente da ocupação do tempo, a abundância deste era apenas socialmente permitida a certos grupos populacionais e indivíduos, de acordo com o seu estatuto social. A correlação positiva entre falta de tempo e o estatuto social ainda hoje é marcante, embora cada vez menos, devido às transformações nos tempos e modos de organização do trabalho, assim como a outras transformações culturais, parte delas relacionadas com os impactos da tecnociência no “preenchimento” do tempo. Em sociedades em que predominam a temporalidade e o ritmo agrícolas, também marcadas pelo domínio do ser humano sobre o mundo natural, o tempo social possui uma estrutura única (Elias, 1998), pois tempo de trabalho e tempo livre (tal como se definem e separam hoje) estão co-determinados e dependem, por sua vez, dos ciclos circadianos e dos tempos das sementeiras e das colheitas. Mas, em sociedades industrializadas, o tempo social está determinado pelo princípio da separação entre tempo de trabalho ocupado, administrado, regido por entidades externas (remunerado e ligado a um espaço físico definido) e tempo “livre” dessa mesma disciplina. Quer dizer, o tempo de qualquer experiência quotidiana está condicionado pelo sistema abstrato de tempo: o tempo livre é uma decorrência do tempo de trabalho, um tempo cuja legitimidade de uso deriva da existência do tempo de trabalho, daí a centralidade deste ao nível das práticas e das representações dos indivíduos e das instituições (lugares em que as normas da produtividade individual se conjugam com o aumento da idade de reforma, redução de tempos de baixa médica, entre outros). Sabemos, assim, que o tempo livre e o tempo de lazer recebem a sua classificação na base do tempo de

trabalho e do caráter gravitacional deste. “Não ter nada para fazer” significa nesse modelo “não ter o tempo ocupado com atividades remuneradas”.

2. O tempo para não fazer nada: desempregados, reformados e jovens

A propósito deste assunto, faremos um parêntesis para frisar que, em posição contrária a essas tendências, se identifica todo um conjunto de estudos desenvolvidos durante o século XX que reivindicam, justamente, o “direito” do ser humano e social a “não ter nada para fazer”. Tal como evidencia Naville (1969, 1972), pensadores sociais do século XIX, tais como Marx (1971) protagonizaram as primeiras discussões sobre o lazer moderno, motivadas por interesses de caráter político e socioeconómico. Seria Lafargue, genro de Marx, aliás, o primeiro a lançar um panfleto exaltando as virtudes do ócio, n’*O direito à Preguiça* (1883). A sua obra, comprometida com a desmistificação do trabalho, foi o estopim de uma série de denúncias à ideologia produtiva capitalista, que tem em pensadores contemporâneos, como De Masi (2000) e Russell (Russell, 1977 [1918]), os seus representantes mais significativos. Contrários à exaltação do trabalho, esses autores têm perspetivado, no aumento do tempo livre, tanto o corolário dos processos de automação, como o “caminho para a felicidade e para a prosperidade” (Russell, 1977 [1918], p.11). Marcuse (1955) argumentava que a qualidade de vida estava ameaçada pelo gosto do sistema capitalista em criar falsas necessidades sustentadas por um forte sentido de inexorabilidade e de normalização. Estas, na perspetiva daquele autor, impunham, sobre a camuflagem da *cultura*, padrões compartimentais sujeitos a sanção simbólica e, por vezes, transcendental, também materializada pela necessidade de disciplina rigorosa dos usos do tempo que não se pode perder, que deve visar a realização de s materiais e úteis. De modo semelhante, Riesman (1971), no seu livro *A multidão solitária*, relaciona o surgimento dos lazes de massa com a perda de autonomia ser humano. Este passaria a ser movido por normas e valores veiculados pelos meios de comunicação de massa. Baudrillard (2008) afirmaria mais tarde e nesta linha, que o grande “drama” dos lazes traduzia a contraditória necessidade de não perder tempo, mesmo durante o tempo de não-trabalho.

O certo é que, para quem tem um tempo maioritariamente ocupado com o tempo remunerado, o “não fazer nada” corresponde exatamente ao tempo “livre” e, sobretudo, ao tempo de lazer. No excerto que apresentamos a seguir (Schouten et al, 2012), a mulher participante num grupo de foco descreve o “não fazer nada”, justamente como “paragem” na execução de tarefas domésticas, quebrando algumas expetativas sociais determinadas pela assunção da divisão sexual do trabalho. A mulher diz que ter tempo livre é:

- “Não fazer nada. Ter o prazer de sentar e não ter nada para fazer. Porque eu, muitas vezes, sento-me no sofá com os remorsos porque tenho a roupa para passar, ou aquilo podia estar arrumado. Já liguei mais, também é verdade, já liguei mais, agora acho que já me larguei mais dessa coisa de ter remorsos por ter as coisas por fazer. Mas, no fundo, o dia devia ter mais horas, porque parece que passa o dia a correr e que não fizemos nada, e metade, a maior parte dessas horas, é a trabalhar, seja no trabalho, seja em casa” (mulher, assistente administrativa).

Trata-se de uma narrativa marcada pela mesma problemática e pelo mesmo sistema de representações já referenciado, a propósito da expressão “falta de tempo”.

No excerto seguinte, fica notória a forma como os tempos de “não fazer nada” são subtraídos ao tempo de trabalho (remunerado ou não).

- “No fim de semana tento aproveitar mesmo tudo o que tenho, saímos, passeamos um bocadinho, que é também quando o marido está em casa, já que durante a semana a gente mal se vê, mal se encontra. No fim de semana tentamos aproveitar mesmo. Tento organizar tudo de manhã. A partir do sábado de tarde, sábado e domingo são os meus dias de folga. Tento não fazer mesmo nada, mas nada mesmo” (mulher, assistente administrativa).

Vários outros autores discutiram ao longo dos últimos anos a subordinação do tempo livre e do tempo de lazer ao tempo de trabalho, tendo sido vincada a necessidade de existir tempo de trabalho, para que exista tempo livre ou de lazer. Por seu turno, ter tempo sem “nada” para fazer (mesmo durante o tempo livre ou de lazer) seria o equivalente a ter tempo desvalorizado, “morto”, “vazio”. A sociedade do pós-capitalismo é marcada pela valorização paradoxal do tempo “ocupado” e diretamente remunerado e o tempo livre, e de lazer. Tal como antes, a lógica capitalista destila no tempo a sua necessária ocupação (algo para fazer). Mas, se, por um lado, o emprego se tornou, nas sociedades contemporâneas, a fonte dos processos de sociabilidade e de construção identitária, por outro, é no tempo liberto do trabalho – tempo livre e tempo de lazer – que se observam os fenómenos de estilização da vida e de revelação do status social. Mas, mais central do que essa aceção está o facto de as sociedades do sul da Europa serem atravessadas por uma profunda ausência de tempo pago, de trabalho remunerado. E, na linguagem e na óptica dos reportórios discursivos do capitalismo e do seu modelo de tempo abstrato, são marcadas por um número cada vez maior de pessoas que ficam com o tempo “não ocupado”, “sem nada para fazer”, porque estão “desempregadas” e, portanto, passam pela experiência da abundância de tempo (não ocupado) e, em paralelo, experienciam também a “ausência” de participação no ritmo dominante, largamente estruturado na base dos tempos de trabalho.

O excerto que apresentamos a seguir (que extraímos do relatório “Tempo e Tecnologia”) demonstra esta experiência de “marginalidade”, por ausência de inserção no ritmo diário e rotineiro:

-“Pessoalmente uma pessoa que sempre foi habituada a trabalhar estar ali x anos sem trabalhar, a nível psicológico a pessoa nos primeiros tempos tudo bem, mas, depois, tudo mal, começa-se a sentir não útil... deixa de se sentir útil em casa, começa a pôr muita coisa em causa, começa a ter menos paciência para as coisas. Uma data de coisas que, se estiver a trabalhar e se for uma pessoa que trabalhe e se sinta útil, isso não acontece, porque se uma pessoa se sentir uma pessoa válida contribui... a tal contribuição que se dá em casa, deixa de haver E então a pessoa, eu falo no meu caso pessoal, começa a pôr muita coisa em causa, começa a ficar também por vezes deprimido, porque é mesmo assim. E uma pessoa tenta encontrar uma saída e não há saídas, quer dizer ... uma pessoa vai à procura de emprego uma, duas, três, dez vezes sempre a mesma resposta e às tantas uma pessoa começa a cair numa repetição” (homem, desempregado).

Um dos pontos mais paradoxais destes contextos políticos e sociais reside, pois, na permanência da representação do tempo como algo a ocupar e, em simultâneo, o declínio crescente do emprego e do trabalho remunerados, assim como a crescente valorização do tempo individual e da autonomia no uso e administração desse tempo. Num esforço que “ocupar” o tempo dos que têm tempo em abundância (desempregados e jovens), e orientada pelos princípios do tempo industrial, grande parte das políticas sociais nestes domínios pauta-se pela necessidade de desenhar atividades que respondam às exigências dos indivíduos, das instituições e dos grupos. Em relação aos reformados, parte substancial dos programas dirigidos ao envelhecimento ativo, configuram esta ideia do necessário “preenchimento” do tempo. O mesmo acontece com o planeamento das atividades de “prolongamento” escolar, durante o qual o tempo das crianças surge constricto e, igualmente, ocupado com aulas e sessões previamente consideradas de valor acrescentado ao seu currículo e á sua preparação na resposta às exigências do mercado de trabalho, tal como aparece representado pelos próprios. No caso dos desempregados, a aversão das instituições ao “não fazer nada”, ou “não ter nada para fazer” é, ainda, mais significativa. Embora se assuma que estão no desemprego em razão de factores estruturais e não propriamente individuais, as instituições afirmam o mesmo princípio da necessária ocupação do tempo e da eliminação do “não ter nada para fazer”.

Os programas e as medidas adotadas tendem a introduzir atividades e afazeres no tempo do desemprego, como forma de evitar o esvaziamento do tempo e a existência de tempo “morto”, por parte dos desempregados, particularmente dos que têm experiência

do tempo de trabalho remunerado, assim como experiência de horários e rotinas estruturadoras do dia-a-dia. Entre outras formas de preenchimento do tempo, têm sido usadas em Portugal estratégias que passam pela formação e pela participação obrigatória em programas de formação que, longe de garantirem o acesso a conhecimento específico e ajustado ao saber e expectativas do desempregado, servem para “preencher o tempo” e garantir a contabilização formal deste como tempo “ativo” e, por vezes, “remunerado”. “Não estar a fazer nada” e “não ter nada para fazer” são, assim, mais do que expressões simples que traduzam estados de tempo livre, ou de lazer, em que o “nada” significa justamente “tempo pago”. Nas sociedades modernas, e respetivos reportórios de comunicação e de significação, essas expressões estão marcadas pelo valor institucional e ideológico conferido ao tempo pago, ao tempo-moeda e que atrai a si mesmo a valorização de todas as coisas de carácter tangível e concreto e menos as atividades de carácter intelectual, não tangíveis e imateriais. Por isso, “não ter nada para fazer” ou “não fazer nada”, ao mesmo tempo que hoje servem para classificar estados de “lazer” (em oposição ao tempo pago) servem, em simultâneo, para classificar estados “marginais” que, numa ótica gerencialista, são concebidos como tempos que importa eliminar e controlar. É nesse sentido que se entende que tanto os reformados, como as crianças e os jovens e os desempregados se revelem grupos em permanente reconfiguração identitária, porque o “estar sem fazer nada” (nada, em oposição ao tempo pago) não é tido como um estado socialmente legítimo.

Com efeito, tal como mencionamos na introdução, em paralelo, outros estudos sobre as expectativas e as criações em torno do tempo livre, por parte dos jovens brasileiros demonstram bem a sobreposição destas diversas significações, ficando evidenciado como o “não ter nada para fazer”, ou o “não fazer nada” constituem também marcas identitárias e inscrevem as narrativas de auto-posicionamento dos indivíduos, no seio de uma determinada cultura, correspondendo, em simultâneo, a formas de interferência direta do tempo das organizações sobre as biografias individuais. Analisaremos, a seguir, com mais detalhe, o tempo destes jovens e as suas narrativas do “não ter nada para fazer”.

No Brasil, os jovens tornaram-se objeto de preocupação social a partir de finais da década de 1990, redundando na criação de uma série de programas e políticas públicas voltadas para esse segmento nos anos 2000. A maneira como os jovens usam o seu tempo é um dos principais vetores da preocupação social sobre esse grupo etário. De forma paradigmática, a mensagem escolhida para anunciar o programa federal Pró-Jovem Urbano, em 2008, trazia o tempo no seu lema: “Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder”. E, não por acaso, a banda sonora do comercial de televisão

do referido programa foi o tema *Tempo perdido*, de Renato Russo¹. A preocupação com o uso do tempo atinge as famílias de camadas médias, que buscam preencher o maior número possível de horas dos seus filhos com atividades para melhorar seu desempenho futuro, mas é mais presente ainda no caso dos jovens dos grupos populares, cujo tempo vago não é apenas motivo de preocupação familiar, como também objeto de política e intervenção social (Araújo, 2011). A opinião de que os jovens pobres têm muito tempo vago e que isso não é bom nem para eles nem para a sociedade, impregna o senso comum, transparece nos media e informa frequentemente as intervenções voltadas para esse segmento. Analisando as políticas e programas destinados à juventude, no Brasil, até o ano de 2003, Sposito e Carrano (2003) concluíam que existe uma “simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude” (p.4), incluindo “orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos” (p.4).

Ocupar o tempo, combater a ociosidade, canalizar a energia juvenil para atividades como o desporto ou a “cultura popular” faz parte da agenda explícita ou implícita de grande número de intervenções destinadas a esses jovens, em detrimento da lógica do direito. Se a preocupação social a respeito do tempo juvenil apresenta um recorte de classe, ela também veicula representações sexualmente diferenciadas. Os jovens são percebidos como sendo suscetíveis ao envolvimento com a criminalidade, principalmente com o tráfico de drogas, enquanto a esfera de preocupação para os jovens é, geralmente, a sexualidade, especificamente a maternidade “precoce”. Quando conversamos com os jovens, o tempo vago não é necessariamente entendido como algo negativo. Antes, ele pode ser percebido como uma oportunidade para o lazer, a sociabilidade, a criação ou, por que não, para a preguiça. Como observou Abramo, “A juventude é vista como um tempo da vida em que se pode gozar da vida e tentar um futuro melhor” (1994, p.62). Nos meios populares, sobretudo, ser jovem amiúde significa ter certa licença para a distração, uma vez que a vida adulta comporta privações e dificuldades conhecidas de todos. Entretanto, a “desocupação” também pode ser um sinal de fracasso, de exclusão social e de falta de oportunidades para os jovens e suas famílias – pois não é a mesma coisa não ter o que fazer aos 15 e aos 25, quando se é solteiro e quando se tem filhos, etc. Por esses e outros motivos, o tempo juvenil aparece como uma encruzilhada de práticas e significados que revelam

¹ Ver dados sobre o Pro-Jovem urbano no site: <http://www.projovem.gov.br/2008/>. As estrofes que aparecem no comercial são: “Todos os dias quando acordo,/ Não tenho mais o tempo que passou/ Mas tenho muito tempo:/Temos todo o tempo do mundo./Todos os dias antes de dormir,/Lembro e esqueço como foi o dia:/"Sempre em frente,/Não temos tempo a perder.”

condições sociais, normas, valores e contradições relativas à vivência da juventude nas classes populares, pondo frequentemente em jogo conflitos e relações de poder.

Na primeira pesquisa realizada (Franch, 2000, 2002a, 2002b), um dos elementos que mais chama a atenção é a variedade de práticas de tempo livre desenvolvidas pelos jovens no próprio local de moradia ou nos arredores. A recorrência do local de moradia nas respostas dadas relaciona-se, em primeiro lugar, com a condição financeira dos jovens pesquisados, muitos deles estudantes, outros, desempregados, alguns, ainda, trabalhadores que colaboram com as despesas da família, em suma, jovens que não possuem solvência para usufruto dos bens de consumo ofertados pela indústria do lazer. Contudo, ficar em casa, ou nas ruas do bairro, não é necessariamente sinónimo de aborrecimento ou de “tempo morto”. Chama a atenção o facto de boa parte das atividades mencionadas envolverem a convivência com outros jovens, constituindo momentos de exercício de sociabilidade. As rodas de conversa à porta de casa, os grupos de música, os jogos espontâneos de futebol (*peladas*) na rua, a visita à casa de parentes e amigos, são algumas das alternativas de que os jovens lançam mão para tornar mais agradável seu quotidiano. Tais práticas introduzem no espaço doméstico, produtivo e familiar, um outro espaço, lugar do encontro social, onde o que prima é o estar-junto. A realização desse tipo de atividade apoia-se na existência de redes de sociabilidade com base territorial, indicando a existência de redes de vizinhança densas nesse segmento social. Ou seja, para os jovens que integraram o estudo, o bairro ainda é um local de recrutamento de amigos e namorados, sendo que as práticas, tais como a roda de conversa e a visita contribuem para manter e ampliar as redes de amizade e, indiretamente, o vínculo dos jovens com seus locais de moradia.

No plano das representações, as atividades mais triviais realizadas no espaço do bairro muitas vezes não são consideradas pelos jovens como “lazer” ou “tempo livre”. Contrariamente, elas são apresentadas ao investigador como sendo “nada” – “não há nada para fazer nesta favela”. A percepção de tais atividades como “nada” apoia-se em expectativas de uso do tempo juvenil que estariam em desacordo com esse tipo de práticas. Em primeiro lugar, o lazer repetitivo e quotidiano (vulgar) é “nada” porque não introduz novidades do ponto de vista relacional. Como disse uma jovem de 15 anos, “são sempre as mesmas caras”. Esse comentário, muito comum, revela uma expectativa de que o tempo livre permita aos jovens fazerem novas amizades para além de seu universo de interações quotidianas. Visitas e jogos na rua também são “nada” quando comparados com eventos extraordinários, como as festas (entendidas como eventos festivos realizados pelos próprios jovens, como aniversários) e as saídas a espaços de lazer (casas de *show*, centros comerciais, praia). Nesse segundo caso, é a inclusão das

atividades na lógica do mercado o que lhes dá uma significação positiva, inviabilizando as práticas menos marcadas pelo consumo de bens da “indústria do lazer”.

Na segunda pesquisa, desenvolvida em 2008, as práticas temporais juvenis foram contextualizadas de acordo com a situação familiar dos jovens – solteiros e casados ou em processo de formação de suas famílias. Entre os jovens solteiros, chamou a atenção a existência de variações muito expressivas na organização do tempo quotidiano, ligadas a relações muito diferenciadas com as instituições voltadas a esse grupo, principalmente com a escola. Num extremo, encontravam-se jovens que estudavam num dos períodos do dia e trabalhavam como estagiários no outro período, relatando experiências de tempo ocupado e, às vezes, de sono e de cansaço. O tempo livre, deste modo, reduzia-se aos finais de semana, que costumavam ser pautados por uma intensa sociabilidade, norteadas pela ideia de “aproveitar o tempo”. No outro extremo, havia jovens afastados da instituição escolares, e esquivos face ao controlo familiar, que pautavam os seus tempos na contramão dos tempos da escola e da família. Tratava-se de jovens que acordavam no horário do almoço e ficavam na rua até da madrugada, sincronizando-se com outros jovens na mesma situação.

Considerações Finais

Pretendíamos evidenciar, não só a necessidade de aprofundar a extensão da valorização do tempo como algo a “ocupar”, como adiantar a necessidade de, face á crescente inoperância do modelo de oposição entre tempo de trabalho e tempo livre, relativizar o uso da expressão “nada para fazer”, aceitando-a, não só como um meio que os indivíduos usam para se classificarem a si próprios perante o modelo de representação dominante do tempo pago, adquirindo uma função específica na descrição auto identitária (como marginais ao sistema ou como excluídos dele), mas também como uma forma de denominação da resistência face ao modelo dominante (não fazer nada, perante o modelo de estrita ocupação do tempo). Pretendíamos mostrar, ainda, que, face ao esquema de valores presente nas sociedades modernas, nomeadamente a importância atribuída ao consumo, nas suas múltiplas formas, surgem com mais evidência, classificações sobre o “nada para fazer” que, longe de expressarem a “ausência” de atividades, traduzem a “mesmidade” do quotidiano e da sua repetição em relação ao qual os sujeitos sociais atribuem menos valor.

A realidade social do tempo e dos tempos surge, não só como cada vez mais complexa na sua objetividade, como também cada vez mais alterada, reconfigurada pelas organizações, pelos media, pelas próprias representações dos indivíduos acerca do que

deve ser a sua vida e quais os elementos que devem valorizar. Há hoje escassez de recursos analíticos, conceptuais e metodológicos que facilitem a compreensão do fenómeno da multiplicidade, conflito e sobreposição de tempos e de significados no interior dessa complexidade. Mas, para efeitos da resposta às interrogações que mencionamos no início do texto, importa frisar que, de forma global, o “não fazer nada” e o “não ter nada para fazer”, podem ser problematizados sob dois eixos principais. Em primeiro lugar, podem decorrer de mudanças culturais que ocorrem nas sociedades da hipermodernidade (termo explicitado por Lipovetski, 2004), podendo ser analisadas como “repertórios interpretativos”, entendidos como “recursos discursivos gerais que podem ser usados para construir versões de acontecimentos, acções, processos internos, justificações de certas práticas, etc”. Ou seja, como “conjuntos de termos relacionados entre si e usados com uma certa coerência gramatical e estilística, e que geralmente se organizam em torno de uma ou mais metáforas centrais (Potter e Wheterell, 1987). Tendo em conta que não existe qualquer conteúdo psicológico interno nos indivíduos que comande os seus comportamentos, os repertórios interpretativos são ferramentas, que não estão localizadas nos indivíduos, mas que estes usam, conforme os recursos sociais culturais disponíveis, para os seus próprios fins” (Nogueira, 2001, p.25). Mas, tanto o “nada para fazer”, como o “não fazer nada” podem ser concebidos como elementos constituintes do discurso crítico acerca dos modos de administração científica do tempo que toma este como unidade central da produção (das coisas, dos processos) e, por isso, podem configurar modos de subordinação ou de resistência a essas estruturas de valorização do tempo vigentes. Tal no seguimento do quadro desenvolvido por Foucault (2010), quando o autor se refere ao poder do discurso, assim como á disciplina (inegavelmente ligada ao uso do tempo e á culpa associada á “perda” deste) das sociedades modernas (industriais) como resultado do processo de interiorização individual dos princípios do Poder. Ao mesmo, tanto “não ter nada para fazer”, como o “não fazer nada”, configuram formas de reprodução do poder de que estão imbuídas as instituições alimentadas pelas orientações produtivistas do tempo mecânico e que se materializam, não apenas no conjunto de regulações e de intervenções nos tempos de trabalho, como também no alinhamento de prioridades e de programas de política social.

As ideias que apresentamos foram expostas de forma exploratória, sendo relevante a possibilidade de posteriormente se proceder a um trabalho de comparação e de análise. Todavia, elas evidenciam a urgência de continuar o trabalho de construção de quadros conceptuais mais adaptados à complexidade e à observação não-causal dos fenómenos de uso e representação do tempo, contando enormemente com o efeito dos discursos e

das representações imagéticas dos media na composição individual e coletiva desses usos e conceções do tempo.

Referências Bibliográficas

Adam, Barbara (1990). *Time and social theory*. Cambridge, UK: Polity Press.

Araújo, Emília (2011). A Política de Tempos: Elementos para uma Abordagem Sociológica, *Revista Política e Trabalho*, 34, 19-40

Araújo, Emília (2012). As identidades e a “política dos tempos sociais”. Atas do VII Congresso de Sociologia. Disponível em:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1317_ed.pdf

Araújo, Emília e Duque, Eduardo (orgs.) (2012). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga. Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade & Centro de Investigação em Ciências Sociais - UM.

Baudrillard, Jean (2008). *A sociedade de consumo*. Edições 70 (2ª Edição).

De Masi, Domenico (2000). *Ozio creativo. Conversazione con Maria Serena Palieri*. Milano: BUR Biblioteca Univ. Rizzoli.

Duque, Eduardo (2012). Contributos para uma crítica da aceleração do tempo. In Araújo, Emília; Duque, Eduardo, *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga. Portugal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade & Centro de Investigação em Ciências Sociais – UM

Elias, Norbert (1997). *Du temps*. Lisboa: Difel.

Foucault, Michel (2010). *A ordem do discurso*. São Paulo : Ed Loyola.

Franch, Mónica (2000). *Tardes ao léu. Um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE.

Franch, Monica (2002a). Nada para fazer? Um estudo sobre s no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19, 2,117-134.

Franch, Monica (2002b). Vai ter festa hoje? Um estudo sobre comemorações de final de semana entre jovens da periferia da cidade de Recife. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,1, 7, 102-121.

Franch, Monica (2004). *Tempos, contratempos e passatempos*. Tese (Doutorado em Antropologia), UFRJ, Rio de Janeiro.

Grossin, William (1974). *Les temps de la vie quotidienne*. La Haye: Mouton.

Harvey, David (1989). *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell.

Jahoda, Marie, Lazarsfeld, Paul e Zeisel, Hans (1981). *Les Chômeurs de Marienthal*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Lafargue, Paul (1999/1883). *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec

Lipovetski, Gilles e Charles, Sébastien (2004). *Os tempos hipermodernos – tempo contra tempo*. São Paulo: Barcarolla.

Naville, Pierre (1969). *Le travail et le temps*. Paris : Anthropos.

Naville, Pierre (1972). *Temps et technique, les structures de la vie de travail*. Genève: Librairie Droz.

Marcuse, Herbert (1955). *Eros and Civilization*. Abacus: London.

Marx, Karl (1971/1867). *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Nogueira, Conceição (2001). Análise de Discurso. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf

Riesman, David (1971). *A multidão solitária*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Rosa, Harmut e Scheurman, William (2009). (eds). *High-Speed Society: Social Acceleration, Power and Modernity*. Philadelphia: Penn State University Press.

Russell, Bertrand (1997). *Elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Schouten, Johanna e Araújo, Emília (2012). O tempo livre em família: uma abordagem de género. *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0949_ed.pdf

Schouten, Johanna, Augusto, Amélia, Araújo, Emília, Sousa, Helena e Simões, Maria João (2012). *Relatório Preliminar do Projeto Tempo e Tecnologia: uma abordagem de género para o contexto português*. Braga: CICS/CECS

Simmel, George (1978). *The philosophy of money*. London: Routledge & Kegan Paul.

Thompson, Edward Palmer (1963). *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz.

Weber, Max (1992). *Economia y Sociedad*. Madrid: Economica.

Zerubavel, Eviatar (1982). The standardization of time: A sociohistorical perspective, *The American Journal of Sociology*, 88, 1-23.

Emília Araújo é Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da mesma Universidade.

era@ics.uminho.pt

Eduardo Duque é Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica de Braga e investigador do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.

eduardoduque@ics.uminho.pt

Mónica Franch é Professora Adjunta I do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

mfranch2004@yahoo.com.br